guia do estudante da faculdade de letras do porto

FILOSOFIA - 3º Ano

1989/1990

378(05)
Gui.
C/Z

GUIA DO ESTUDANTE

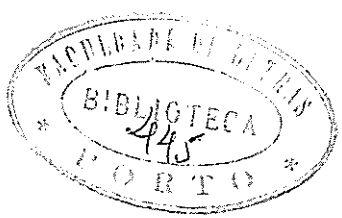
FACULDADE DE LETRAS

da

Universidade do Porto

GUIA DO ESTUDANTE

X



EDIÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO

1989 / 90

378(05)
Gui.

Guia do Estudante da FLUP . FIL : 3º Ano

Porto: Conselho Directivo da FLUP.

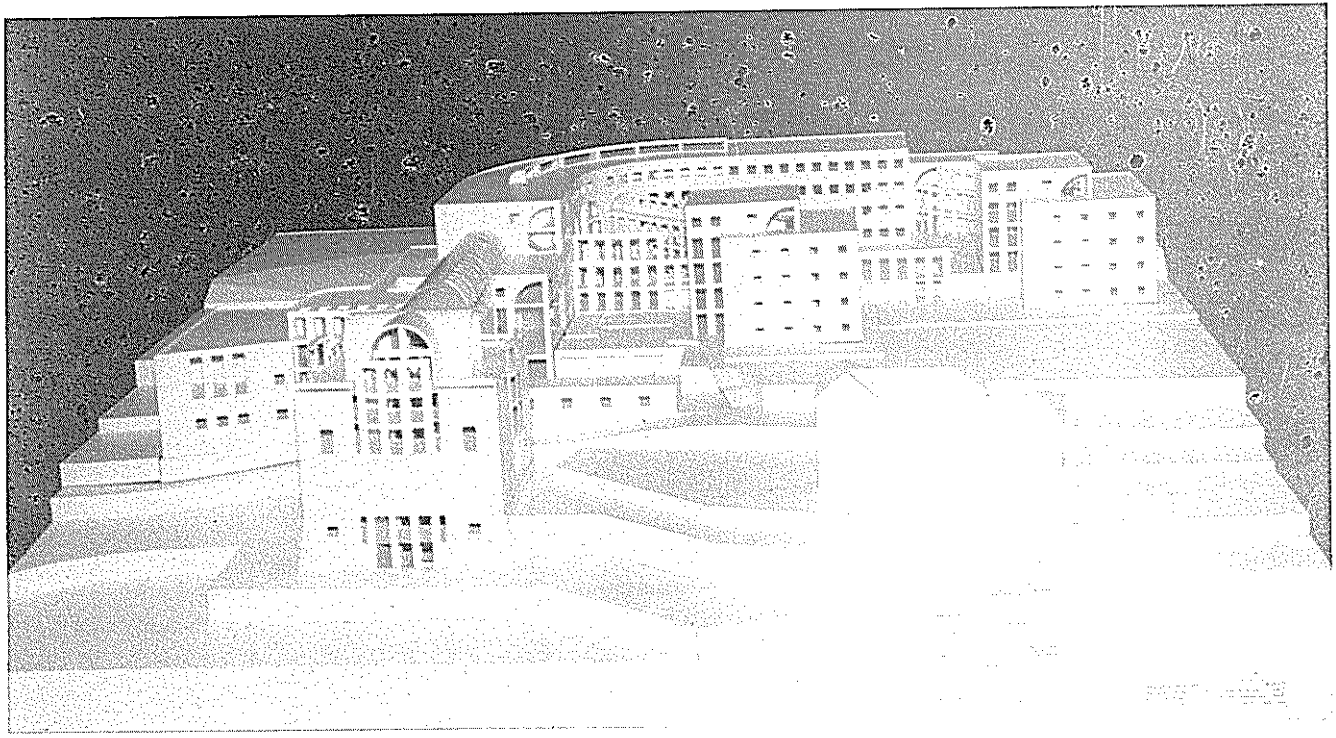
Vol. 10, 1989-1990

Publicação anual

Dactilografia: Margarida Santos

Execução e impressão: Oficina Gráfica

Tiragem: 100



Maquete das futuras instalações da Faculdade de Letras
(em construção)

GUIA DO ESTUDANTE · 1989

INTRODUÇÃO

No presente ano lectivo de 1989-1990 edita-se pela 10ª vez consecutiva o Guia do Estudante da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Importa assinalar a data, não só porque ela traduz o empenho que os sucessivos Conselhos Directivos puseram na elaboração e edição deste importante instrumento de informação pedagógica, mas também porque, pela primeira vez, o texto do Guia do Estudante surge totalmente informatizado, mercê de um trabalho levado a cabo pelo Conselho Directivo ao longo de 1989. Ficam, deste modo, criadas condições para que, no futuro, a sua actualização se processe de forma cada vez mais eficaz e económica, facilitando ao mesmo tempo a sua difusão junto dos alunos antes do início das aulas.

O Guia do Estudante deve constituir, fundamentalmente, um apoio à orientação do trabalho dos estudantes; mas, na medida em que é já parte da história recente da Faculdade de Letras do Porto, não pode deixar de se registar nele o significado especial de que se reveste o momento presente da vida desta escola. De facto, em Dezembro de 1988 teve início a construção do novo edifício da FLUP, na Área de Expansão do Pólo 3 da Universidade. No dia 16 de Junho de 1989 realizou-se a cerimónia oficial de lançamento da sua primeira pedra, que fica implantada no centro do bloco destinado à Biblioteca Central, simbolizando, assim, tudo quanto o livro e o documento representam para uma escola das ciências humanas, da filosofia e das línguas. Desta maneira se coroa um longo processo de trabalhos preparatórios efectuados pacientemente desde 1980.

Mas também em 1989 a Faculdade de Letras passou a ocupar um lugar cimeiro no quadro das instituições universitárias portuguesas, ao tornar-se a primeira Faculdade da Universidade do Porto a dispor de uma ligação à rede "Porbase", o que lhe permite trabalhar em linha com a Biblioteca Nacional de Lisboa, tanto para pesquisa por parte dos utentes, como para carregamento de dados pelos serviços competentes da Biblioteca Central.

Finalmente, 1988-89 fica também assinalado como o ano lectivo em que se aprovaram os Estatutos da Universidade do Porto e se elaboraram os desta sua Faculdade de Letras, por forma a que pudessem vir a ser aprovados pela assembleia competente, o que se espera aconteça antes do fim de Dezembro. Com eles poderá, com certeza, a escola exercer de maneira mais adequada a autonomia possível no quadro das instituições universitárias.

****

O Guia do Estudante pretende ser fundamentalmente um instrumento útil aos estudantes da Faculdade, pelo que as informações de natureza académica e social devem ser procuradas no folheto Instruções Úteis aos Alunos que a Reitoria da Universidade do Porto distribui gratuitamente no início do ano lectivo.

****

No quadro da Lei de Autonomia das Universidades e dos Estatutos elaborados pela Universidade do Porto, e de acordo também com a Lei Orgânica desta, e com o projecto dos seus próprios Estatutos, a Faculdade de Letras passa a estruturar-se do seguinte modo:

Assembleia de Representantes
Conselho Directivo
Conselho Científico
Conselho Pedagógico
Conselho Administrativo.

****

SERVIÇOS DA FACULDADE

A - Secretaria

Sector de Matrículas e Inscrições
" de Equivalências
de Mudanças de Curso.
Horário normal de abertura ao público:
de 2ª a 6ª feira: 12H00 - 16H00
Encerra ao Sábado.

B Tesouraria

Serviço de pagamento das cartas de curso
"de venda de selos fiscais.
Horário de atendimento:
de 2ª a 6ª feira: 9H30 11H30
14H30 16H30
Encerra ao Sábado.

C - Biblioteca Central

A Biblioteca Central constitui um serviço de fundamental importância da FLUP e por isso tem merecido uma atenção particular por parte dos Conselhos Directivos.

São utentes de direito da Bilioteca os docentes e os alunos da FLUP. Em casos devidamente justificados, porém, outras pessoas podem utilizar os seus serviços, nomeadamente a pesquisa na Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase").

Para consulta das obras da Biblioteca Central os alunos devem possuir o cartão de leitor, revalidado todos os anos depois de efectuadas as inscrições.

1. Tipos de leitura:

a) de presença: na Sala de Leitura (horário afixado);

na Sala de Obras de Referência (livre acesso);

b) domiciliária: normas regulamentares afixadas na Sala de Leitura.

2. Sala dos Catálogos:

a) Onomástico

b) Didascálico

c) CDU (Classificação Decimal Universal)

c) Cardex (Publicações Periódicas)

d) "Porbase" (através do terminal ligado em linha à Base Nacional de Dados Bibliográficos).

Como aceder à Base Nacional de Dados Bibliográficos:

1.Digite: GEAC.

2.Carregue tecla ENTER.

3.Digite: CAT.

4.Siga as instruções que aparecem no écran.

5.Se tiver dificuldade, dirija-se ao funcionário da Biblioteca, que dará as indicações necessárias para estabelecer a ligação.

Nota. As obras entradas depois de 1988 encontram-se integradas no ficheiro da Base Nacional de Dados Bibliográficos ("Porbase"), pelo que não devem ser procuradas nos catálogos tradicionais.

Tanto os catálogos tradicionais como a "Porbase" incluem tanbém obras de alguns Institutos e Centros sediados na Faculdade, identificáveis pelas respectivas siglas.

Como é de norma em todas as Bibliotecas, as obras clissificadas de "Reservados", as de "referência" (dicionários, enciclopédias), as teses e as revistas e publicações periódicas não podem ser requisitadas para leitura domiciliária.

O mesmo se aplica às obras pertencentes ao "Fundo Primitivo".

3. Horário de leitura:

2ª a 6ª feira: 8H30 - 18H00
Sábado: 9H00 - 11H30.

5. Os alunos invisuais dispõem do aparelho Optacon oferecido pela Fundação Calouste Gulbenkian e instalado na Biblioteca Central.

6. Serviço de informação bibliográfica da Biblioteca Central da Faculdade:

Boletim Bibliográfico - Referente às obras entradas em cada semestre (publicado desde 1979)

Anexos do Boletim:

I - Teses existentes na Biblioteca Central (Junho de 1989)

II - Publicações dos Docentes da Faculdade, existentes na Biblioteca Central (Junho de 1989)

Boletim de Sumários, respeitante aos índices das publicações periódicas recebidas (iniciado em 1988)

"Reservdos" da Biblioteca Central, Porto, 1989.

****

Para além da Biblioteca Central, existem na Faculdade Institutos, Salas e Centros de Investigação (estes dependentes do INIC):

Instituto de Estudos Ingleses
" de Estudos Norte Americanos
" de Estudos Germanísticos
" de Geografia
" de Cultura Portuguesa
" de Arqueologia
" de Documentação Histórica Medieval
" de Filosofia e História da Filosofia
" de História de Arte
" de Língua Portuguesa
" de Literatura Comparada
" de Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa
" de Sociologia

Sala Francesa
" Brasileira
" Espanhola
" Neerlandesa

" de História Moderna
" de História Medieval
Centro de História
" de Linguística
" de Estudos Semióticos e Literários.

Dependente da Reitoria da Universidade, mas sediado na FLUP, funciona o Centro Norte de Portugal-Aquitânia (CENPA).

Obs.: O acesso de alunos a algumas destas unidades está condicionado, de acordo com as normas da direcção de cada uma delas.

****

C - Oficina Gráfica - Balcão de Vendas

Serviço de reprografia da Faculdade e de venda de publicações, apoia as actividades pedagógicas, de investigação e administrativas da escola. Preçário fixado pelo Conselho Directivo.

Horário de atendimento ao público:
2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H30
Sábados: 9H00 - 12H30.

****

BAR

Presentemente, o serviço de cafeteria e de "snack" é assegurado por exploração dependente da Associação de Estudantes da Faculdade.

Horário:
2ª a 6ª feira: 8H30 - 19H00
Encerra ao Sábado, normalmente.

****

PARQUE DE ESTACIONAMENTO

Reservado aos elementos da FLUP. Entrada pela Travessa de Entre Campos. Possui zonas demarcadas, que devem ser respeitadas para comodidade de todos. Chama-se particular atenção para a área reservada à viatura da Faculdade, que deve manter-se sempre desempedida.

No interior do parque aplicam-se todas as normas jurídicas sobre responsabilidade civil por danos causados a terceiros.

Horário:
2ª a 6ª feira 7H30 - 23H00
Sábados 7H30 - 13H00.

****

ACTIVIDADE ESCOLAR

A. Cursos de Licenciatura
História
Filosofia
Línguas e Literaturas Modernas (Est. Port; Est. Port/Franc; Est. Port/Ingl; Est. Port/Alem; Est. Ingl/Alem; Est. Franc/ Alem; Est. Franc/Ingl.)
Geografia
Sociologia.

Currículos em vigor em 1989/90:
1º, 2º e 3º anos - Port. nº 850/87
4º ano - Dec. nº 53/78
4º ano de Sociologia: Port. nº 352-C/85
4º ano de Est. Portugueses (LLM): Dec. do Gov. nº 75/84.

B - Cursos Profissionalizantes:
a) Ramo educacional:
regime transitório
regime normal (3º ano).
b) Tradução (Port/Ingl; Port/Franc; Port/Alem) - Portaria nº 850/87 (regimes transitório e normal).
C - Cursos de pós-graduação (em funcionamento):
a) Mestrados: em História Medieval
História Moderna
Filosofia Social e Política
Arqueologia (proposto)
Educação (proposto)
b) Curso de Especialização em Ciências Documentais - Bibliotecas e Arquivos (edição de novo Curso em 1989/90)
c) Curso de Conservador de Museu (proposto).
D - Curso de Português para Estrangeiros (em Julho).

****

INDICAÇÕES PEDAGÓGICAS (Síntese):

Os alunos devem ter em atenção o regime e tabela de precedências em vigor, assim como as Normas de avaliação aprovadas pelo Conselho Pedagógico.

1. RAMO EDUCACIONAL:

Regime transitório:

1º ano:

a) obrigatoriedade de frequência mínima a 2/3 das aulas;

b) os alunos que concluem a licenciatura têm direito a candidatar-se à inscrição no 1º ano no primeiro curso aberto após a conclusão da licenciatura;

c) equivalências concedidas:

em Filosofia: Filosofia da Educação a Introdução às Ciências da Educação;

em LLM: Didáctica da Língua Inglesa a Metodologia do Inglês.

2º ano:

a) estágio nos locais fixados pela Direcção Regionaal de Educação do Norte;

b) seminário semanal na Faculdade (3 horas);

c) admissão ao estágio com aproveitamento em todas as disciplinas do 1º ano (na época de Julho; os alunos que terminam o 1º ano do regime transitório na época de Setembro em princípio só podem concorrer a lugares de estágio em Julho do ano seguinte).

Regime normal (Port. 850/87):

1. Candidaturas à inscrição, no 3º ano, nas disciplinas de:
"Introdução às Ciências da Educação" (ICE), em todos os cursos,
e
"Psicologia e Desenvolvimento da Aprendizagem" (PDA), em História e Filosofia.

2. Para poder candidatar-se ao ramo educacional - regime normal - o aluno deve estar em condições de passagem para o 3º ano do curso (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso).

3. A média para seriação dos candidatos é calculada com base nas classificações da totalidade das disciplinas do 1º e do 2º ano, menos duas (se o aluno não tem disciplinas em atraso), ou menos uma (se só tem uma em atraso).

Obs.: Para os efeitos indicados no número precedente, não são levadas em conta as classificações mais baixas obtidas pelo aluno até à data.

Notas:

I - O regulamento dos estágios da FLUP, com a fórmula para o cálculo da classificação final, encontra-se publicado na Port. 659/88.

II - Os alunos devem ler com cuidado todos os avisos afixados sobre esta matéria antes de se dirigirem à Secretaria.

2. CURSOS DE TRADUÇÃO - Para alunos de LLM (Port. 850/87):

Regime transitório:

a) possibilidades:

Variante de Est. Port/Ingl - Trad. Port./Ingl.
" Est. Port./Franc. - Trad. Port./Franc.
" Est. Franc./Ingl. - Port./Ingl ou Port./Franc.
" Est. Ingl./Alem. - Port./Ingl. ou Port./Alem.;

b) obrigatoriedade de frequência mínima às aulas:

2/3 das aulas teóricas

50% das aulas práticas;

c) podem candidatar-se os interessados que possuam a licenciatura nas variantes atrás indicadas (e nas condições fixadas na Port. 850/87), devendo fazê-lo nos dois primeiros concursos abertos após a conclusão desse grau.

Regime normal - 3º ano (Port. 850/87):

a) Possibilidades:

Português-Inglês

Português-Alemão

Português-Francês.

Nota: O Conselho Científico manifestou-se a favor da abertura do Curso de Tradução nas restantes combinatórias de LLM (Inglês/Alemão; Inglês/Francês; Francês/Alemão), aguardando-se a necessária aprovação superior.

b) Critérios de selecção:

os candidatos devem estar em condições de passagem para o 3º ano (isto é, com o máximo de duas disciplinas em atraso e desde que nenhuma delas seja a língua em que o interessado pretende fazer o Curso de Tradução).

****

INDICAÇÕES ACADÉMICAS (Síntese):

1. No prazo de 7 dias a contar da afixação do respectivo aviso (ou pauta) ou da data do correio, os alunos devem dar cumprimento aos deferimentos favoráveis exarados nos requerimentos que tenham apresentado à Faculdade.

2. Reingressos, transferências, mudanças de curso:
Editais afixados em 8 de Outubro (inclusive)
Matrículas e/ou inscrições: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)
Reclamações: de 9 a 15 de Outubro (inclusive)
Permutas: só no ingresso ela 1ª vez no Ensino Superior.

3. Mudança de variante em LLM: os pedidos só podem ser considerados depois de os alunos terem completado todas as disciplinas do 1º ano em que se inscreveram; esta disposição aplica-se aos casos de retoma de estudos e de transferência de outras Faculdades congéneres, caso se traduzam, na prática, em mudança de variante; excluem-se os casos de alterações curriculares resultantes de situações contempladas na lei, como sejam as equivalências de planos de estudo.

4. Curso de Ciências Documentais (pós-graduação) - as disciplinas em atraso do curso anterior podem ser feitas no curso seguinte.

Notas:

1. Para as restantes informações, devem os alunos consultar o folheto Indicações Úteis aos Alunos, difundido gratuitamente pela Universidade do Porto.

2. Chama-se a especial atenção dos alunos para os avisos sobre a micro-radiografia.

****

NORMAS DE AVALIAÇÃO

(Aprovadas pelo Conselho Pedagógico em 7.6.89)

No desempenho das funções que lhe competem pelo Artº 21º do Decreto Lei nº 781 A/76, de 28 de Outubro, e de acordo com as normas gerais respeitantes ao exame final definidas pela Portaria nº 886/83, de 22 de Setembro, o Conselho Pedagógico aprovou em 7/6/89 as Normas de avaliação de conhecimentos para o ano lectivo de 1989-90.

As normas agora propostas introduzem não só modificações em alguns artigos (cf. os novos artigos 1º, 2º, 3º, 5º, 10º, 11º, 12º, 13º, 15º, 16º, 20º e 22º), como também algumas recomendações apresentadas sob a forma de Observações Finais às avaliações contínua e periódica. Suprimem os antigos artigos 29º e 33º e dispõem de forma mais clara esclarecimentos sobre melhoria de nota e épocas de exames de recurso e especial que se encontravam dispersos ou omissos (cf. Esclarecimentos sobre a avaliação final). Chama-se a atenção para as alterações significativas introduzidas pela nova redacção dos artigos 1º e 11º.

Relativamente a alterações de fundo que alguns membros do Conselho Pedagógico gostariam de ter visto aprovadas, optou-se pela divulgação à escola em documento próprio, para que sirvam de ponto de partida para uma reflexão mais geral sobre a matéria pedagógica. Para a actual redacção das Normas de avaliação foram ouvidas comissões pedagógicas dos cursos e em certos casos atendeu-se a sugestões que vários docentes resolveram por bem dirigir ao Conselho Pedagógico no princípio do ano lectivo de 1988/89.

Subjacente à elaboração das presentes Normas de avaliação esteve o desejo por parte dos membros do Conselho Pedagógico de incrementar a avaliação periódica e contínua, de consagrar a importância dos trabalhos individuais e de grupo e de acentuar a importância do contacto directo e pessoal entre professor e aluno.

CAPITULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artº 1º - Modalidades de avaliação. Admitem-se três modalidades de avaliação:

I - Avaliação contínua.

II - Avaliação periódica.

III - Avaliação final.

§ único - Poderá existir uma combinação da avaliação contínua com qualquer outra forma de avaliação nos termos do nº 3 do Artº 11º das presentes Normas.

Artº 2º - Apresentação do plano de avaliação.

No início do ano lectivo, ao apresentar o programa da disciplina (conforme o disposto no Estatuto da Carreira Docente Universitária), deverá

CORRIGENDA

p X 1 10 deve ler-se: "artigos 29º a 33º"

p xi Art. 3º, nº 4, deve ler-se: "um trabalho de investigação um trabalho escrito"

p xii Art. 11º, nº 3, deve ler-se: "simultaneamente"

p xiii Art. 13º, nº 1, deve ler-se: "da disciplina"

p xiii Art. 13º, nº 2, deve ler-se: "seja comunicada.. até à"

p xiv Art. 18º, nº 3, deve ler-se: "8 valores"

p xiv Art. 20º, nº 2, deve ler-se: "deverá"

o docente apresentar o plano de avaliação e dialogar com a turma acerca dos seus diferentes aspectos, com explicitação dos objectivos pedagógico-didácticos, modalidades de avaliação, critérios e instrumentos de avaliação a utilizar.

§ 1º - Este plano de avaliação deverá ter em conta as condições concretas de funcionamento de cada disciplina, nomeadamente:

a) número de alunos;

b) número de docentes;

c) natureza da disciplina.

§ 2º - Competirá ao Conselho Pedagógico, sempre que necessário, analisar todos os aspectos inerentes à elaboração e aplicação do referido plano de avaliação.

Artº 3º - Trabalhos de investigação.

Deve ser promovida a realização de trabalhos de investigação, individuais ou em grupo, a apresentar e discutir oralmente, na aula ou fora dela. Os docentes deverão acompanhar de perto a elaboração dos trabalhos em todos os trâmites.

Em função da participação individual, os alunos pertencentes a um mesmo grupo de trabalho poderão ter uma nota diferenciada, o que deve desde o início ser tornado claro pelo docente.

§ 1º Os alunos poderão ter acesso aos trabalhos elaborados pelos colegas desde que os autores desses trabalhos o autorizem e o docente recomende a sua divulgação.

§ 2º - Os docentes deverão proceder à publicitação da classificação dos trabalhos de investigação.

§ 3º - Desde que o trabalho de investigação seja considerado idóneo, ele deverá ser valorizado em pelo menos 1/3 da nota final; ou em 50% no caso de o trabalho substituir um dos dois elementos da avaliação periódica.

§ 4º - Considera-se um trabalho de investigação escrito em que haja pesquisa bibliográfica e documental original e individualizada e cuja apresentação e dimensão obedeçam a certos requisitos mínimos previamente acordados entre docentes e alunos.

Artº 4º - Reprovação em avaliação contínua e periódica.

Os alunos que reprovem na avaliação contínua ou periódica só poderão fazer exame final na época de recurso (Setembro), nas condições fixadas por lei.

Artº 5º - Consulta da testes.

1 - Os alunos têm o direito de consultar os seus testes. No caso de prestação de prova oral, os alunos têm o direito de serem informados acerca da nota que obtiveram na prova escrita correspondente.

2 - Sendo possível provar a existência de qualquer irregularidade processual na classificação das provas, os alunos poderão dirigir uma reclamação ao Conselho Pedagógico, que tomará as providências necessárias nosentido de resolver a situação.

Artº 6º Provas orais.

As provas orais de avaliação de conhecimentos devem realizar-se em

salas com portas abertas ao público e perante um júri constituído pelo número mínimo de dos docentes ligados à área da disciplina.

Artº 7º - Notas quantitativas.

Todas as notas relativas a provas ou trabalhos que sirvam de fundamento à classificação final serão publicadas sob a forma de nota quantitativa (escala de 0 a 20).

Artº 8º - Arredondamento de notas.

As classificações a afixar, quando impliquem direito a uma prova oral ou dispensa de prova final, deverão ser arredondadas (ex.: 9,5=10 e 7,5=8).

Artº 9º - Afixação das datas das provas.

As dadas das provas de avaliação periódica e final deverão ser afixadas com uma antecedência mínima de 15 dias.

CAPITULO II - DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

A - AVALIAÇÃO CONTÍNUA

Artº 10º - Tipo de provas.

O processo de avaliação contínua constará de vários tipos de prova, tais como trabalhos de investigação (individuais ou em grupo), relatórios de leituras ou de trabalhos de campo, elaboração de bibliografias críticas, exposições feitas nas aulas, testes, provas orais. Uma das provas terá de ser um teste em presença, realizado na própria aula.

§ único - Os alunos deverão ser informados de todos os elementos de avaliação, incluindo as provas orais e a participação oral nas aulas, assim como dos métodos de ponderação adoptados.

Artº 11º - Número de alunos por turma.

1 - A avaliação contínua poderá ser realizada em qualquer tipo de disciplina, em turmas cuja frequência média não exceda 30 alunos. Em certos casos, poderá haver alteração desse número, mediante prévia autorização do Conselho Pedagógico.

2 - De modo a possibilitar a realização de avaliação contínua, as disciplinas poderão ser organizadas em turmas teóricas e turmas práticas (1 teórica + 2 ou 3 práticas), sem prejuizo da carga horária prevista na distribuição de serviço e mediante acordo prévio do Conselho Directivo no que respeita à ocupação de salas.

3 - Caso exista uma nítida distinção entre aulas teóricas e aulas práticas, uma mesma disciplina poderá funcionar em simultaneamente com dois tipos de avaliação: avaliação periódica ou final relativamente às aulas teóricas; avaliação contínua relativamente às aulas práticas. Em caso de avaliação negativa na componente teórica da disciplina, a classificação que o aluno tenha obtido na componente prática em avaliação contínua, desde que positiva, deverá ser considerada até à época de recurso ou especial do mesmo ano lectivo.

Art.º 12º - Obrigatoriedade de presenças.

A avaliação contínua obriga à presença do aluno em 3/4 das aulas. A presença dos alunos deverá ser verificada pela assinatura de folhas de

presença, sob a responsabilidade do docente.

§ único - Na situação descrita nos números 2 e 3 do Artº 11º. os alunos ficam obrigados a este regime de presenças apenas em relação às aulas práticas.

Art. 13º - Inscrição e desistência.

1 - A inscrição em avaliação contínua deverá ser feita no decurso do primeiro mês de funcionamento a disciplina.

2 - Os alunos poderão desistir da avaliação contínua, com possibilidade ainda de escolha de outras modalidades de avaliação, desde que essa desistência deja comunicada ao docente até è realização da primeira prova de avaliação periódica.

Artº 14º - Avaliação em seminários.

Nas disciplinas que funcionem em regime de seminário pode praticar-se a avaliação contínua.

Observação final - As disciplinas ou turmas que funcionem no regime de avaliação contínua deverão, sempre que possível, não interromper as aulas nos períodos de avaliação periódica.

B - AVALIAÇÃO PERIÓDICA

Artº 15º - Tipo de provas.

O número de provas a realizar será no mínimo de duas, sendo uma obrigatoriamente em presença do docente e podendo ser a outra um trabalho realizado fora da aula, desde que previamente acordado entre docente e aluno.

Nas disciplinas em que se entenda necessária a realização de trabalhos práticos ou de campo, estes terão um estatuto próprio e a sua realização deverá ser previamente acordada entre docente e alunos, assim como a ponderação da avaliação respectiva.

Quaisquer outras provas - orais ou escritas - que venham a ser realizadas no âmbito da cada disciplina serão facultativas.

§ 1º - A matéria versada nas provas será a que tiver sido leccionada até 8 dias antes da sua realização.

§ 2º - Sempre que as classificações das provas que excedam o número de duas sejam consideradas para efeito de média final, serão publicadas com as restantes.

Artº 16º - Calendário das provas.

O calendário das provas será oportunamente elaborado pelos Serviços Administrativos da Faculdade em colaboração com o Conselho Pedagógico, o Conselho Directivo e com a Associação de Estudantes. A sua elaboração deve obedecer aos critérios descritos na Observação final à Parte B do Cap. II.

Artº 17º - Repescagem.

Os alunos em avaliação periódica têm direito, nas condições abaixo indicadas, a uma prova de repescagem a realizar simultaneamente com a primeira chamada do exame final da época normal. Entre a afixação dos resultados das provas de avaliação periódica e a primeira chamada do exame final da época normal deverá mediar um intervalo mínimo de dois dias úteis (o sábado não deve ser considerado dia útil).

Artº 18º - As condições referidas no artigo anterior são as seguintes:

1 - Para que haja direito a uma prova de repescagem a nota da outra prova de avaliação periódica terá de ser obrigatoriamente positiva.

2 - Os alunos que tenham obtido uma nota igual ou inferior a sete valores numa das provas ou a ela tenham faltado deverão sujeitar-se a uma prova de repescagem sobre a matéria respeitante àquela prova.

3 - Ficam dispensados da prova de repescagem, embora possam realizá-la, os alunos que tenham obtido numa das provas nota de 8 ou 9 valores, desde que a média das notas das provas seja positiva. Esta dispensa não se aplica caso a média seja negativa, sendo então necessária repescagem relativa à prova em que o aluno tenha obtido 8 vakores, para efeitos de aprovação em avaliação periódica.

4 - A nota obtida na prova de repescagem anula a nota da prova que substitui, não se seguindo o critério usado no exame destinado a melhoria denota. Para que os alunos se considerem aprovados, a média final terá de ser positiva eem nenhuma das provas a nota poderá ser igual ou inferior a sete valores.

Artº 19º - Em caso algum a prova de repescagem se destina a melhoria de nota, não podendo por conseguinte substituir uma prova classificada com nota positiva.

Artº 20º - Inscrição e desistência.

1 - A inscrição do aluno na avaliação periódica far-se-á pela sua presença na primeira prova de avaliação, ou por declaração escrita entregue ao professor até à realização dessa mesma prova.

2 - É permitida ao aluno a desistência da avaliação periódica. Essa desistência deveá ser comunicada por escrito ao professor até à data da segunda prova de avaliação periódica.

Artº 21º - Tipos de provas em línguas vivas.

No caso das línguas vivas, sem prejuizo do disposto nos artigos 16º, 17º e 18º na parte que lhes é aplicável, a avaliação periódica consta de dois tipos de provas: escritas e orais. As provas escritas precedem as orais e obrigam a uma média mínima de nove valores, tendo em conta os arredondamentos fixados no Artº 8º, sendo uma delas obrigatoriamente positiva.

§ 1º - Cabe aos Leitores fixar o momemto da realização dessa prova oral, observando o intervalo mínimo de 48 horas após a afixação dos resultados das provas escritas.

§ 2º - A classificação final deve obter-se pela média entre a nota da prova oral e a média alcançada nas provas escritas.

§ 3º - A prova oral não pode ser entendida como prova de repescagem.

OBSERVAÇÃO FINAL - <u>Critérios para a elaboração do calendário de exames</u>.

1 - Na elaboração do calendário das provas de avaliação periódica deverá ser respeitada, na medida do possível, a distância mínima de 48 horas entre as provas de disciplinas obrigatórias do mesmo ano.

2 - Deverão ser reservados os últimos dias do bloco de avaliação para as provas das disciplinas de opção (tendo em conta o número de disciplinas e a especificidade de cada curso).

3 - Sempre que haja acordo prévio entre docentes e alunos, as provas de avaliação periódica poderão ser realizadas durante o período de aulas, sem prejuizo do normal funcionamento destas.

4 - Dadas as dificuldades na elaboração do calendário de provas nos cursos com múltiplas variantes, deverá ser previsto um prazo para reclamações relativas a coincidências de provas de disciplinas do mesmoano. O prazo será de 48 horas depois de afixado o calendário das provas; as reclamações deverão ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico, que poderá delegar num ou mais membros do Conselho o poder de resolução destas situações.

C - AVALIAÇÃO FINAL

Artº 22º - Tipo de provas.

O exame final é constituído por uma prova escrita e una prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta. A prova oral deve realizar-se de acordo com a estipulado no Art. 6º.

§ único - Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final (nas épocas normal ou de recurso), esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo, previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que haja acordo entre professor e aluno; a ponderação desse trabalho na nota final deverá corresponder à da parte prática do exame final.

Artº 23º - Admissão à prova oral.

A nota mínima de admissão à prova oral será de oito valores, tendo em conta os arredondamentos fixados no Artº 8º.

Art. 24º - Dispensa da prova oral.

Os alunos que tenham nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral; mas, mesmo dispensados, podem requerê-la, para o que devem dirigir-se à Secretaria no prazo de 48 horas após a afixação das notas da prova escrita.

Artº 25º - O artigo anterior não se aplica às línguas estrangeiras, em que a prova oral é sempre obrigatória, excepto no caso de não admissão previsto no Artº 23º.

Art.º 26º - O regime de obrigatoriedade de prova oral nas condições do número anterior poderá ser estendido a qualquer outra disciplina por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o responsável pela respectiva área do Conselho Científico.

Artº 27º - Ponderação da nota da prova oral.

Sempre que se realize uma prova oral, o resultado final será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral.

ESCLARECIMENTOS SOBRE A AVALIAÇÃO FINAL

A - MELHORIA DE NOTA

1 - Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de nota no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas cujas notas pretendem melhorar têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministrar(em) os referidos programas.

2 - Os alunos só poderão requerer melhoria de nota na época de recurso (Setembro) do mesmo ano em que tenham obtido aprovação na disciplina ou na época normal (Julho) do ano lectivo seguinte.

3 - Os alunos poderão requerer melhoria de nota relativamente a qualquer disciplina, não devendo ser tida em conta a restrição numérica prevista nestas Observações finais (cf. Ponto B destes Esclarecimentos).

4 - No caso de um aluno se submeter a exame para efeitos de melhoria de nota, prevalecerá a classificação mais elevada.

B - ÉPOCAS DE RECURSO (SETEMBRO) E ESPECIAL (DEZEMBRO)

1 - Na ausência do despacho especial do Reitor da Universidade, o número de exames que os alunos poderão realizar nas épocas de recurso e especial será o seguinte (cf. o Artº 9º da Portaria nº 886/83, de 22 de Setembro e resolução do Conselho Científico da F.L.U.P. de 28.5.84):

a) Época de recurso: exames de duas disciplinas anuais ou quatro semestrais.

b) Época especial: exames de duas disciplinas anuais ou quatro semestrais.

2 - Na época especial cada aluno pode prestar provas de exame final em disciplinas a cujo exame nas épocas normal ou de recurso não haja comparecido ou, tendo comparecido, dele haja desistido ou nele haja sido reprovado (até ao número máximo referido no Ponto 1), desde que, com a aprovação em tais disciplinas, reúna as condições necessárias à obtenção do grau ou diploma.

3 - Na época normal de exames finais (Julho) realizam-se duas chamadas para cada disciplina; nas épocas de recurso e especial realiza-se apenas uma.

****

(Nota: O ponto de vista enunciado no Artº 16º das Normas de avaliação transcritas traduz unicamente a opinião do C. P.).

****

2 - Deverão ser reservados os últimos dias do bloco de avaliação para as provas das disciplinas de opção (tendo em conta o número de disciplinas e a especificidade de cada curso).

3 - Sempre que haja acordo prévio entre docentes e alunos, as provas de avaliação periódica poderão ser realizadas durante o período de aulas, sem prejuizo do normal funcionamento destas.

4 - Dadas as dificuldades na elaboração do calendário de provas nos cursos com múltiplas variantes, deverá ser previsto um prazo para reclamações relativas a coincidências de provas de disciplinas do mesmoano. O prazo será de 48 horas depois de afixado o calendário das provas; as reclamações deverão ser dirigidas ao Presidente do Conselho Pedagógico, que poderá delegar num ou mais membros do Conselho o poder de resolução destas situações.

C - AVALIAÇÃO FINAL

Artº 22º - Tipo de provas.

O exame final é constituído por uma prova escrita e una prova oral, devendo aquela anteceder sempre esta. A prova oral deve realizar-se de acordo com a estipulado no Art. 6º.

§ único - Nas disciplinas em que seja obrigatória a realização de uma prova prática no exame final (nas épocas normal ou de recurso), esta poderá ser substituída por um trabalho prático ou de campo, previamente realizado ao longo do ano lectivo, desde que haja acordo entre professor e aluno; a ponderação desse trabalho na nota final deverá corresponder à da parte prática do exame final.

Artº 23º - Admissão à prova oral.

A nota mínima de admissão à prova oral será de oito valores, tendo em conta os arredondamentos fixados no Artº 8º.

Art. 24º - Dispensa da prova oral.

Os alunos que tenham nota igual ou superior a dez valores ficam dispensados da prova oral; mas, mesmo dispensados, podem requerê-la, para o que devem dirigir-se à Secretaria no prazo de 48 horas após a afixação das notas da prova escrita.

Artº 25º - O artigo anterior não se aplica às línguas estrangeiras, em que a prova oral é sempre obrigatória, excepto no caso de não admissão previsto no Artº 23º.

Art.º 26º - O regime de obrigatoriedade de prova oral nas condições do número anterior poderá ser estendido a qualquer outra disciplina por decisão do Conselho Pedagógico, sob proposta do responsável pela disciplina e ouvido o responsável pela respectiva área do Conselho Científico.

Artº 27º - Ponderação da nota da prova oral.

Sempre que se realize uma prova oral, o resultado final será a média obtida entre a nota da prova escrita e a nota da prova oral.

ESCLARECIMENTOS SOBRE A AVALIAÇÃO FINAL

A - MELHORIA DE NOTA

1 - Os alunos que desejem fazer exames para melhoria de nota no ano seguinte àquele em que obtiveram a passagem nas disciplinas cujas notas pretendem melhorar têm de se cingir aos programas leccionados durante o ano lectivo em que terá lugar o novo exame e de prestar provas com o docente ou docentes que ministrar(em) os referidos programas.

2 - Os alunos só poderão requerer melhoria de nota na época de recurso (Setembro) do mesmo ano em que tenham obtido aprovação na disciplina ou na época normal (Julho) do ano lectivo seguinte.

3 - Os alunos poderão requerer melhoria de nota relativamente a qualquer disciplina, não devendo ser tida em conta a restrição numérica prevista nestas Observações finais (cf. Ponto B destes Esclarecimentos).

4 - No caso de um aluno se submeter a exame para efeitos de melhoria de nota, prevalecerá a classificação mais elevada.

B - ÉPOCAS DE RECURSO (SETEMBRO) E ESPECIAL (DEZEMBRO)

1 - Na ausência do despacho especial do Reitor da Universidade, o número de exames que os alunos poderão realizar nas épocas de recurso e especial será o seguinte (cf. o Artº 9º da Portaria nº 886/83, de 22 de Setembro e resolução do Conselho Científico da F.L.U.P. de 28.5.84):

a) Época de recurso: exames de duas disciplinas anuais ou quatro semestrais.

b) Época especial: exames de duas disciplinas anuais ou quatro semestrais.

2 - Na época especial cada aluno pode prestar provas de exame final em disciplinas a cujo exame nas épocas normal ou de recurso não haja comparecido ou, tendo comparecido, dele haja desistido ou nele haja sido reprovado (até ao número máximo referido no Ponto 1), desde que, com a aprovação em tais disciplinas, reúna as condições necessárias à obtenção do grau ou diploma.

3 - Na época normal de exames finais (Julho) realizam-se duas chamadas para cada disciplina; nas épocas de recurso e especial realiza-se apenas uma.

****

(Nota: O ponto de vista enunciado no Artº 16º das Normas de avaliação transcritas traduz unicamente a opinião do C. P.).

****

Calendário das provas em 1989-1990
(Emanado do Conselho Pedagógico)

Cursos de Licenciatura:

Avaliação periódica - Primeiras provas: de 1 a 17 de Fevereiro de 1990

" " - Segundas provas: de 11 a 27 de Junho de 1990

Exame final - Época normal: de 2 a 18 de Julho de 1990 (provas escritas)

" - Época de recurso: de 5 a 19 de Setembro de 1990 (provas escritas).

Ramo educacional:

Avaliação periódica - Primeiras provas: de 1 a 17 de Fevereiro de 1990

" " - Segundas provas: 21 de Maio a 2 de Junho de 1990

Exame final - Época normal: 11 de Junho a 7 de Julho (orais inclusive)

" - Época de recurso: de 5 a 19 de Setembro de 1990 (provas escritas)

****

Publicações mais recentes da Faculdade de Letras:

Revista de Faculdade de Letras (dir. do Conselho Científico):
Séries de História, 1984/85/86/87/88
Filosofia, 1985 (2 números)/86/87
Línguas e Literaturas, 1984/85/86/87/88 (2 tomos)
Anexos desta série:
I - Problemáticas em História Cultural, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1987
II - Bibliografia Cronológica de Espiritualidade em Portugal - 1501-1700, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1988
III - Actas do 1º Colóquio Internacional de Linguística Contrastiva Português-Alemão (6-7 de Outubro de 1988), Porto, Instituto de Estudos Germanísticos (no prelo)
Geografia, 1985/86/87
Revista de História (Ed. do Centro de História, 1978 ss.. Em 1979/80 publicou as Actas do Colóquio sobre "O Porto na Época Moderna")
Portugalia (Instituto de Arqueologia), 1980 ss. (Em 1983/84 publicou as Actas do "Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste")
Runa (Coedição do Instituto de Estudos Germanísticos da FLUP),1984
II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, 2 vols., Porto, Centro de História, 1987
Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor, Porto, Institutos de Estudos Ingleses, 1988
La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation, Porto, As-Association Internationale des Sociologues de Langue Française/ Secção de Sociologia da FLUP, 1988
"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central. 1919-1928, Porto, 1989

****

Os programas que se seguem encontram-se aprovados pelo Conselho Científico para o ano lectivo de 1989-1990. Mas para se ter uma ideia aproximada da dimensão da escola, no plano pedagógico, basta notar que os programas desenvolvidos nos cinco cursos de licenciatura e nos cursos do ramo educacional e de tradução se situam na ordem das duas centenas,para 1989-90.

****

Convém esclarecer que, não se aplicando ao ensino universitário o conceito de "livro obrigatório", as indicações constantes de algumas bibliografias são da responsabilidade dos respectivos docentes.

Porto e Faculdade de Letras, Julho de 1989

O Conselho Directivo

PROGRAMAS

Nota: Em virtude de o tratamento inicial dos programas haver sido feito na versão 4.2 do processador "Word Perfect" e de, para efeito de tiragem em impressora "laser", ter sido necessário convertê-los para a versão 5.0, encontrar-se-ão algumas anomalias na apresentação dos textos, de que se pedem desculpas.

F14

FILOSOFIA MODERNA

Docente: Prof. Doutor Lourenço Heitor Chaves de Almeida

1. Introdução.

1.1. A explicação na história da filosofia: considerações gerais.

1.2. A transição da Idade Média para a Idade Moderna e a produção filosófica.

2. O Pensamento Filosófico Europeu nos Séculos XV e XVI.

2.1. A profunda transformação na sociedade deste periodo histórico e a intensa actividade de renovação filosófica:

2.1.1. a represpectivação da representação do homem, do mundo e da sociedade e das suas respectivas relações com Deus: tentativas para atingir o seu domínio integral, enquanto objectos de conhecimento, e para revalorizar a sua dimensão natural;

2.1.2. as críticas directas ao pensamento escolástico;

2.1.3. o apelo à herança clássica (nomeadamente platónica, aristotélica e estóica);

2.1.4. as tentativas de inovação epistemológica e metodológica: o reforço do espírito crítico;

2.1.5. o movimento de renovação do pensamento filosófico escolástico.

3. O Pensamento Filosófico Europeu no Século XVII.

3.1. A razão na "história" e na filosofia. A teorização e a prática filosófica do racionalismo, com a sua unidade e as suas diferenças: Galileu, Descartes, Espinosa e Leibniz.

3.2. O empirismo inglês: o seu confronto com a filosofia escolástica e com a filosofia racionalista sua contemporânea - Francisco Bacon, Hobbes, Locke; a história da sociedade inglesa e a história da sociedade europeia continental.

4. O Pensamento Filosófico Europeu no Século XVIII.

4.1. A filosofia crítica de Kant:

4.1.1. enquadramento histórico e filosófico do pensamento de Kant;

4.1.2. fundamentação e explicação kantianas do conhecimento; as suas implicações no tocante à metafísica;

4.1.3. a unidade do pensamento crítico de Kant;

4.1.4. o homem e a história, no pensamento crítico de Kant.

BIBLIOGRAFIA

Observação: Assinalam-se somente as obras de leitura obrigatória. A bibliografia de apoio à leitura dos textos dos autores citados nesta "bibliografia" será indicada no decurso das aulas. As edições aqui referidas poderão ser substituídas por outras de mais

fácil acesso para alguns alunos.

Bibliografia relativa ao ponto 2 do Programa

BODIN, J. - Oeuvres Philosophiques, Paris, P.U.F., 1951

BRUNO, G. - Cause, principe et Unité, Paris, Lib. F. Alcan, 1930

CAMPANELLA, T. - A Cidade do Sol, Lisboa, Guimarães Editores, 1966

DU VAIR, G. - De la Sainte Philosophie et la Philosophie Morale des Stoiques, Paris, Vrin, 1946

MAQUIAVEL - Príncipe, Lisboa, Guimarães Editores, 1965

MORUS, T. - Utopia, Lisboa, Guimarães Editores, 1972

SANCHES, F. - Quod Nihil Scitur, in SANCHES, F. - Tratados Filosóficos, Lisboa, Instituto de Alta Costura, 1955

Bibliografia relativa ao ponto 3.1. do Programa

DESCARTES - Discours de la Méthode, in DESCARTES, Oeuvres Philosophiques, tomo I, Paris, Ed. Garnier, 1963

"- Les Règles pour la Direction de l'Esprit, (mesma edição e tomo)

"- Méditations, (mesma edição, tomo III, 1967)

"- Les Passions de l'Ame (mesma edição, tomo III, 1973)

ESPINOSA - Ética, Coimbra, Liv. Atlântida, 1960

LEIBNIZ - A Monadologia e Discurso de Metafísica, in LEIBNIZ, Obras Escolhidas, Lisboa, Livros Horizonte

Bibliografia relativa ao ponto 3.2. do Programa

BACON, F. - Novum Organum, Buenos Aires, Ed. Losada, 1961

HOBBES, T. - Leviatan, Madrid, Ed. Nacional, 1980

LOCKE, J. - Essai Philosophique Concernant l'Entendement Humain, Paris, Vrin, 1972

Bibliografia relativa ao ponto 4. do Programa

KANT - Critique de la Raison Pure, Paris, P.U.F. 1968

"- Critique de la Raison Pratique, Paris, Vrin, 1960

"- Critique du Jugement, Paris, Vrin, 1960

F11 ONTOLOGIA

Docente: Prof. Doutor Adélio Melo

I. Introdução à Ontologia .

1. Metafísica/Ontologia/Analítica da Linguagem.

1.1. Breve esboço histórico do problema.

1.2. Metafísica Geral e Metafísicas Especiais: "do ente enquanto ente" às Ideias de Deus, da Alma e do Mundo.

1.3. Da "Filosofia Transcendental" Kantiana (=Ontologia) à "Analítica da Finitude" (Foucault).

1.4. Primeira conclusão: os três momentos fundamentais da "Filosofia Primeira", e a sua convergência para uma analítica (crítica) da linguagem (Apel).

2. A (in) diferença onto-lógica.

2.1. A conexão in-diferente dos modos essendi, intelligendi e significandi nas Gramáticas Especulativas medievais.

2.2. Logocentrismo e indiferença ontológica (análise do problema em Aristóteles e no primeiro Wittgenstein).

2.3. Diferença e diferenciação onto-lógicas (...em Heidegger e Derrida).

2.4. Segunda conclusão: Verdade vs Sentido como "mensuradores" ontológicos primordiais.

3. Categorismo e acategorismo ontológico.

3.1. A(s) categoriologia(s) como núcleo de qualquer Ontologia (Heidegger).

3.2. O alcande ontológico do problema das categorias (de Aristóteles à teoria dos tipos de B. Russel).

3.3. A categoriologia Kantiana, os seus limites, e o acategorismo metafísico de Bergson/Deleuze.

3.4. A diferencialidade onto-lógico-poiética como matriz duma ontologia analítico-hermenêutica.

3.5. Terceira conclusão: a transfiguração da Ontologia numa analítica empírico-transcendental (= Semiótica Transcendental).

II. Onto-lógica do Ser e do Sentido.

1. Kant: os modos de ser e os modos de existência.

2. A questão dos paradigmas categoriais (Kuhn, Carnap), e a ruína da pretensão a uma apodicticidade onto-lógico-discursiva.

3. As categorias fenoménicas de Peirce, o falibilismo, e a Verdade-consenso como criteriologia do ser e do sentido.

4. As categorias modais e as diferentes "esferas do ser" (N. Hartmann).

5. Para uma combinatória do Ser e do Sentido como base duma Teoria Geral dos Objectos.

III. Tipo-topologia dos objectos.

1. Significado e função da topologia transcendental

kantiana.

2. Ontologia dos objectos físicos vs ontologia dos objectos abstractos (Quine).

3. Meinong: uma teoria (lata) dos objectos físicos e trans-físicos.

4. A Ideia dum programa objectual máximo, correlativo dum programa categorial máximo.

5. As sobredeterminações categoriais sintácticas, semânticas e pragmáticas como fundamento duma tipologia dos objectos.

6. Limites duma tipologia geral dos objectos: as "Ideias" do Ser, Sentido, Verdade e Comunicação, como índices duma necessária "revolução einsteiniana" na Ontologia.

BIBLIOGRAFIA

APEL, Karl-Otto - The Transcendental Conception of Language-Communication and the Idea of First Philosophy, in H. Parret (Ed.), "History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics", Berlin and N. York, 1976, pp. 32-61

ARISTÓTELES - La Métaphysique, tomos I e II, trad. Tricot, nova ed., refund. e com comentários, J. Vrin, Paris, 1962; Organon: I-Catégories, trad. e notas Tricot, J. Vrin, Paris, 1946

AUBENQUE, P. - Le probléme de l'être chez Aristote, Paris, PUF, 1962

BERGSON, H. - La pensée et le mouvant, 35ª ed., Paris, PUF, 1960

CARNAP, R. - Empiricism, Semantics and Ontology, (1950), in Carnap, R., "Meaning and Necessity", 5ª ed., The University of Chicago Press, 1967, pp.205-221

DELEUZE, G. - Différence et Répétition, Paris, PUF, 1968

"- Logique du Sens, Paris, Minuit, 1969

DERRIDA, J. - De la Grammatologie, Paris, Minuit, 1968

"- L'écriture et la Différence, Paris, Seuil, 1967

ELIE, H. - Le complexe signifiable, Paris, J. Vrin, 1937

FEIBLEMAN, J. K. - An Introduction to the Philosophy of Charles S. Peirce, Cambridge, Mass, The M.I.T. Press, 1970

FINDALY, J. N. - Meinong's Tehory of Objects and Values, 2ª ed., Oxford U. Press, 1963

FOUCAULT, M. - L'archéologie du savoir, Paris, Gallimard, 1969

GILSON, E.- L'être et l'essence, Paris, J. Vrin, 1948

HARTMANN, N. - Ontologia (5 vols), trad. José Gaos, México, Fondo de Cultura Económica, B. A. (vol. I, II, III)

HEIDEGGER, M. - El ser y el tiempo, 5ª ed., trad. José Gaos, México, Fondo de Cultura Económica, 5ª ed., 1977; Kant et le problème de la métaphysique, trad. Alphonse de Waelhens e Walter Biemel,

Paris, Gallimard, 1953; "La thèse de Kant sur l'être", trad. Lucien Braun e Michel Haar, in Questions II, Paris, Gallimard, 1968, pp. 71-116; Introduction à la métaphysique, trad. André Préau, Paris, Gallimard, 1962

KANT, E. - Critica da razão pura, trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão (Introd. e notas de A.F. Morujão), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985

KUHN, T. S. - The Structure of Scientific Revolutions, Second Ed. enlarged, Chicago/London, The University of Chicago Press, Ltd, 1970

PEIRCE, C. S. - Écrits sur le signe, coligidos, trad. e comentados por Gérard Deledalle, Paris ed. du Seuil, 1978

PIRES, C. - Ontologia e Metafísica, Braga, Fac. de Filosofia, 1964

QUINE, W.V.O. - Le mot et la chose, trad. Joseph e Paul Gochet, Paris, Flammarion, 1977

WITTGENSTEIN, L. - Tractatus logico-philosophicus, trad. Klossowski, Paris, Gallimard, 1961

Nota: Alguns "ensaios" complementares da bibliografia citada serão indicados e fornecidos aos alunos em função de necessidades teóricas pontuais.

F22 FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Docente: Drª Maria Elsa Pregitzer

I. Introdução
1. A linguagem e o Homem.
2. Linguagem e existência humana.
3. Pensamento e linguagem.
4. Linguagem e inconsciente afectivo.
II. O papel da Linguagem no processo do conhecimento
1. Linguagem e realidade.
2. Desenvolvimento da linguagem e predisposição biológica.
3. Aspectos neurofisiológicos do densenvolvimento da linguagem.
4. Aspectos filogenéticos de alguns aspectos do desenvolvimento da linguagem.
5. Aspectos funcionais do desenvolvimento da linguagem.
III. Aspectos fundamentais da Filosofia da Linguagem
A. Teorias de Significação
1. Teorias semânticas realistas.
2. Teorias behavioristas.
3. A filosofia da linguagem de Quine.
4. A filosofia da linguagem de Wittgenstein nas Investigações Lógicas.
B. Teorias de Gramática.
1. Gramática tradicional.
2. Gramática lógica.
3. Gramática generativa.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

ALMEIDA, Vieira de - Aspectos da Filosofia da Linguagem, Coimbra, Arménio Amado Editor, Sucessor, 1959

BALL, Raymond - Pedagogia da Comunicação, Col. "Saber", nº 75, Lisboa, Publ. Europa-América

BENVÉNISTE, E. - Problèmes de Linguistique Générale, Paris, Gallimard, 1966

BLANCHÉ, R. - Raison et Discours, Paris, Vrin, 1967

BRITTON, James - Language and Learning, England, Penguin Books, 1976

CHOMSKY, Noam - Reflexões sobre a linguagem, Col. "Signos", Lisboa, Edições 70

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan - Dicionário das Ciências da Linguagem, 6ª Ed., Lisboa, Publ. D. Quixote, 1982

FOUCAULT, Michel - As Palavras e as Coisas, Lisboa, Portugália Ed.

GUSDORF, G. - La Parole, "SUP - Initiation Philosophique", 6ª ed., Paris, PUF, 1968

HARTIG, Matthias - Einfuehrung in die Sprachphilosophie, Stuttgart, Verlag W. Kohlhammer, 1978

HEIDEGGER, Martin - Unterwegs zur Sprache, Pfullingen, Verlar Guenther Neske, 1979

HERDER, Johann Gottfried - Abhandlung ueber den Ursprung der Sprache, Stuttgart, Reclam-Verlag

HUMBOLDT, W. von - Ueber das Entstehen der Gramatikalischen Formen und deren Einfluss auf die Ideenenntwicklung, Bd. 3, Berlin, 1834

HUSSERL, E. - Logische Untersuchungen, Bd. 1, "Ausdruck und Bedeutung", Halle, 1913

JAKOBSON, R. - Essais de Linguistique Générale, Paris, Ed. Minuit, 1963

KATZ, Jerrold J. - La Philosophie du Langage, Paris, Payot, 1971

KRISTEVA, J. - História da Linguagem, Lisboa, Edições 70, s/d.

KUTSCHERA, Franz von - Sprachphilosophie, Muenchen, W. Fink-Verlag, 1975

LEFEBVRE, H. - Le Langage et la Société, Paris, Col. Idées, NRF

LEIBNIZ, G. W. - Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano

MOULOUD, Noel - Linguagem e estruturas, Coïmbra, Liv. Almedina, 1974

PETITGIRARD, Pierre - Philosophie du Langage, Paris, Delagrave, 1976

QUINE, W. V. D. - Von einem logischen Standpunkt, Frankfurt, Ullstein- Buecher, 1979

RESWEBER, Jean-Paul - La Philosophie du Langage, Col. "Que sais-je", nº 1765, Paris, PUF, 1979

RICOEUR, P. - De l'interprétation, Paris, Ed. du Seuil, 1965

SAUSSURE, F. - Curso de Linguística Geral, Publ. D. Quixote, Lisboa, 1986

SCHAFF, Adam - Linguagem e Conhecimento, Coimbra, Liv. Almedina, 1974

SLOBIN, Dan I. - Psycholinguistics, London, Scott, Foresman and Company, 1971

SUMPF, J. - Filosofia da Linguagem, Coimbra, Liv. Almedina, 1973

WAISMANN, Friedrich - Logik, Sprache, Philosophie, Stuttgart, Reclam-Verlag, 1976

WITTGENSTEIN, L. - Philosophical Investigations, Oxford, Basil Blackwell, 1953

"- Tractatus logico-philosophicus, Ed. Suhrkamp, 1963

F16 ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

Docente: Dr. Jorge Mendonça

1. A antropologia filosófica na encruzilhada dos saberes:
1.1. Antropologia e biologia
1.2. Antropologia e sociologia
1.3. Antropologia e psicanálise
1.4. Antropologia e psicologia
1.5. Antropologia e linguística
1.6. Antropologia e economia
1.7. O objecto da antropologia filosófica

2. Dimensões fundamentais do ser humano
2.1. Sociabilidade
2.2. Temporalidade
2.3. Linguagem
2.4. Corporeidade

3. A liberdade e a interrogação sobre o sentido da vida humana

BIBLIOGRAFIA

FOUCAULT, Michel - Les mots et les choses, Paris, Gallimard, 1966

GADAMER-VOGLER - Nova antropologia: o homem na sua existência biológica, social e cultural, S. Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, Editora da Universidade de S. Paulo, 1977, 7 volumes

HAEFFNER, Gerd - Antropologia filosófica. Barcelona, Editorial Herder, 1986

KILANI, Mondher - Introduction à l'anthropologie. Lausanne, Éditions Payot Lausanne, 1989

MORIN, Edgar; Piattelli-Palmarini - L'unité de l'homme. Paris, Éditions du Seuil, 1974, 3 volumes

F27 ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

Docente: Dr. Aloísio Lobo

1. O Dualismo Antropológico.
1.1. Alma e Corpo, Puro e Impuro.
1.2. A abtropologia platónica.
1.3. A ambiguidade da antropologia cartesiana.
2. O "Homem Dionisíaco": Schopenhauer e Nietzsche.
2.1. O homem domo fenómeno da Vontade.
2.2. Renúncia e superação.
2.3. O homem sem limites.
3. Antropologia e/ou neurofisiologia.
3.1. A redução neuronal.
3.2. A problemática do "sujeito".
3.3. Poder e fragilidade.
4. Antropologia e Tanatologia.
4.1. A perspectiva histórico-cultural.
4.2. A morte, paradoxo antropológico.
4.3. Corporeidade, temporalidade e finitude.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARIÈS, P. - O Homem Perante a Morte, 2 vol., trad., Europa-América, Lisboa, s/d

CHAUGEUX, J. P. - O Homem Neuronal, trad., Dom Quixote, Lisboa, 1985

COIMBRA, L. - A Morte, in Obras, vol. II, Lello & Irmão, Porto, 1983

DESCARTES, R. - Discurso do Método e Tratado das Paixões da Alma, trad., 4ª ed., Sá da Costa, Lisboa, 1961

"- Meditações sobre a Filosofia Primeira, trad., Almedina, Coimbra, 1985

HAMBURGER, J. - La Puissance et la Fragilité, Points, Flammarion, Paris, 1984

JANKÉLÉVITCH, V. - La Mort, Champs, Flammarion, Paris, 1977

"- Le Pur et l'Impur, Champs, Flammarion, Paris, 1978

LEVINAS, E. - Totalidade e Infinito, trad., Edições 70, Lisboa, 1988

MERLEAU-PONTY, M. - Phénoménologie de la Perception, Gallimard, Paris, 1972

MONOD, J. - O Acaso e a Necessidade, trad., Europa-América, Lisboa, 1972

MORIN, E. - O Paradigma Perdido: A Natureza Humana, trad., Europa-América, Lisboa, 1975

"- O Homem e a Morte, trad., Europa-América, Lisboa, s/d

NIETZSCHE, F. - Assim falava Zaratustra, trad., Guimarães

Editores, Lisboa, s/d
PLATÃO - A República, trad., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1972
"- Fedro, trad., 3º ed., Guimarães Editores, Lisboa, 1980
"- Fedon, trad., I.N.I.C., Coimbra, 1983
SCHOPENHAUER, A. - O Mundo como Vontade e Representação, trad., Rés, Porto, s/d

NOTA: No decurso do ano lectivo serão dadas aos estudantes indicações bibliográficas complementares e específicas.

R01 INTRODUÇÃO ÀS CIENCIAS DA EDUCAÇÃO

Docentes: Prof. Doutor Fortunato Queirós
Prof. Doutor Adalberto Dias Vieira de Carvalho
Drª Margarida Louro Felgueiras
Drª Mª Amélia Lopes

1. Problemática epistemológica

1.1. Aspectos da evolução recente da investigação educacional.

1.1.1. O processo de definição da educação como objecto de estudo científico.

1.1.2. O debate qualitativo-quantitativo.

1.2. Quadro geral das Ciências da Educação.

1.2.1. A questão da identidade, da autonomia e da abertura das Ciências da Educação.

2. Problemática histórica

2.1. Matrizes culturais do pensamento pedagógico.

2.2. Aspectos da história do Ensino.

3. Problemática pedagógica

3.1. A crise da pedagogia tradicional: seu sentido e actualidade.

3.2. O debate pedagogias da essência/pedagogias da existência; directividade/ não directividade; pedagogias da hetero-estruturação, da autoestruturação e da interestruturação.

3.3. Características e significado das pedagogias do projecto.

3.4. A formação de professores: o desafio da formação-investigação.

3.5. Por uma pedagogia da complexidade ...

4. Problemática sociológica

4.1. Condicionantes sociais da educação: uma perspectiva crítica.

4.1.1. O insucesso escolar.

5. Problemática antropológica

5.1. A educabilidade como dimensão antropológica.

5.2. Reprodução, criatividade e cultura escolar.

5.3. Projecto e utopia.

5.4. O corpo social e o corpo pedagogizado.

5.5. Razão e imaginação.

5.6. Liberdade e autoridade.

5.7. Recompensas e punições: um sentido antropológico.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

AVANZINI, G - A pedagogia no século XX, Lisboa, Moraes, 1978.

CARVALHO, A.- Epistemologia das Ciências da Educação, Porto, Afrontamento, 1988.

CLAUSSE, A.- A relatividade educativa. Esboço de uma história e de uma filosofia da escola, Coimbra, Almedina, 1976.

DE LANDSHEERE, G.- A investigação experimental em Pedagogia, Lisboa Publicações D. Quixote, 1986.

FABRE, A. - L'école active expérimentale, Paris, P.U.F., 1972.

MIALARET, G. - As Ciências da Educação, Lisboa, Moraes, 1976.

NOT, L. - Les pédagogies de la connaissance, Toulouse, Privat, 1979.

NOT, L.; BRU, M. (sob direcção de) - Où va la pédagogie du project?,Toulouse, Ed. Universitaire du Sud, 1987.

NOT, L. (sob direcção de) - Une science spécifique pour l'éducation?,Toulouse, Publi. de L'Univ. de Toulouse-le-Mirail, 1984.

RESWEBER, J. P. - Les pédagogies nouvelles, Paris, P.U.F., 1986.

SYNDERS, G. - Para onde vão as pedagogias não directivas?, Lisboa, Moraes, 1976.

SUCHODOLSKI, B. - A pedagogia e as grandes correntes pedagógicas, Lisboa, Livros Horizonte, 1972.

R02 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

Docentes: Prof. Doutor Adalberto Dias de Carvalho
Dr. José Azevedo
Drª Fernanda Martins
Drª Bárbara Figueiredo

1. Objectivos gerais
- Situar o estudo da adolescência no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento.
- Identificar as principais características da adolescência.
- Analisar as implicações do conhecimento da Psicologia da Adolescência na prática educativa. - Identificar as principais Teorias da Aprendizagem e suas implicações psicopedagógicas;
- Relacionar aprendizagem e desenvolvimento como componentes de um estudo global do adolescente em situação educativa.
- Aplicar os conhecimentos a situações de ensino/aprendizagem.

2. Conteúdo programático
I. Psicologia e Educação.
1. Objecto e método da Psicologia: a Psicologia como ciência ex perimental.
2. Correntes actuais da Psicologia.
3. A Psicologia na formação de professores.
II. Psicologia do Desenvolvimento.
1. Fontes e objectivos da Psicologia do Desenvolvimento.
2. Abordagem global do Desenvolvimento Humano.
2.1. Factores do desenvolvimento.
2.2. Processos do densenvolvimento.
2.3. Teorias do desenvolvimento humano e suas implicações educacionais.
2.3.1 teoria cognitivo-desenvolvimental de PIAGET e KOHLBERG;
2.3.2.Teoria psicanalítica de FREUD.
2.3.3. Teoria psicossocial de ERIKSON.
2.3.4. teoria bio-psico-social de WALLON.
3. Abordagem específica do Desenvolvimento do Adolescente.
3.1. Introdução ao conteúdo de adolescência.
3.1.1. Perspectiva histórica e antropológica.
3.1.2. Adolescência no ciclo de vida (definição, duração e problemática).
3.2. Desenvolvimento físico e psico-sexual.
3.3. Desenvolvimento cognitivo.
3.4. Desenvolvimento moral.

3.5. Desenvolvimento interpessoal.
3.6. Construção da Identidade.
4. Abordagem específica do Desenvolvimento do Adulto.
III. Psicologia da Aprendizagem.
1. Definição e características da aprendizagem.
2. Principais concepções de aprendizagem e suas implicações-psicopedagógicas.
2.1. Teorias Behavioristas.
2.1.1. PAVLOV e o modelo do condicionamento clássico.
2.1.2. SKINNER e o modelo do condicionamento operante.
2.2. Teoria da Aprendizagem Social.
2.3. Teorias Cognitivas.
2.3.1. PIAGET e o processo de equilibração.
2.3.2. BRUNER e o processo activo de aprendizagem.
2.3.3. AUSUBEL e a aprendizagem significativa.
2.4. Teoria Humanista.
3. O ensino e a aprendizagem como um processo de resolução de problemas.
3.1. GAGNE e a aprendizagem cumulativa.
4. Aprendizagem, motivação e desenvolvimento.

3. BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

BEE, H.- A criança em desenvolvimento, S. Paulo, Harper & Row do Brasil, 1984

CLAES, M.- Os problemas da Adolescência, Lisboa, Verbo, 1985

GALLATIN, J.- Adolescência e Individualidade, S. Paulo, Harper & Row do Brasil, 1978

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. - O mundo da criança: da infância à adolescência, S. Paulo, Mc Graw Hill do Brasil, 1981

PIAGET, J.- Os seis estudos de psicologia, Lisboa, Ed. D.Quixote,1974

SNOWMAN, B.- Psychology Applied to Teaching, Boston, Houghton Mifflin Company, 1986

SPRINTHALL, N.; COLLINS, A. - Adolescent Psychology: a Developmen- tal view, New York, Random House, 1984

SPRINTHALL, N.; SPRINTHALL, R. - Educational Psychology: a Developmental Approach, New York, Random House, 1981

TAVARES, J.; ALARCÃO, I - Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Coimbra, Almedina, 1985

F19 PROBLEMÁTICA E TENDÊNCIAS DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

Docente: Dr. Manuel Lourenço

I.

1. Introdução geral aos problemas da filosofia contemporânea.

2. A fundamentação da história segundo Kant.

3. As teorias políticas de Kant nas suas relações com o criticismo.

4. Kant e a filosofia biológica.

II.

1. Spencer e o evolucionismo.

2. Lalande e o anti-evolucionismo.

3. Fouillée e o evolucionismo das ideias-forças.

4. Guyau e o princípio da vida como móvel da vida moral.

5. Le Dantec e a sua filosofia materialista e monista.

III.

1. O primado da intuição e da acção.

1.1. Schopenhauer.

1.2. Bergson.

1.3. O pragmatismo e o instrumentalismo de William James.

2. O idealismo contemporâneo e o idealismo radical de Brunschvicg.

3. A teoria dos interesses directivos do conhecimento de Habermas.

BIBLIOGRAFIA

GALSTON, A. - Kant ant the problem of history, Chicago, The University of Chicago, 1975

GUEROULT, M. - Histoire de l'histoire de la philosophie, vol. 3, Paris, Aubier, 1988

HOEFFDING, H. - Histoire de la philosophie moderne, Paris, Alcan, 1924

"- Philosophes contemporaines, Paris, Alcan, 1924

TORT, P. - La pensée hiérarchique et l'evolution, Paris, Aubier, 1983

OBS: O programa pode sofrer uma ou outra alteração no caso das circunstâncias o determinarem e a bibliografia específica será aconselhada no decorrer do curso.

F20 HISTÓRIA DAS DOUTRINAS POLÍTICAS

Docente: Drª Lídia Maria Cardoso Pires

I.

1. Platão

A constituição perfeita da República e o objectivo das Leis.

2. Aristóteles

A crítica às utopias políticas anteriores. O conceito de felicidade e a relatividade da noção de "melhor governo".

3. O período helenístico

Enquadramento histórico. O novo papel da Filosofia. Estoicismo e Epicurismo.

4. Marsílio de Pádua e Guilherme de Occam

Origem da ideia social cristã. O pensamento político do feudalismo. Os conflitos entre a esfera do Estado e da Igreja. Os ideólogos da supremacia do Estado.

5. Maquiavel

O Renascimento. O absolutismo monárquico. Teoria do Estado e moral política.

6. Erasmo

O humanismo cristão. A ética do Príncipe cristão e o pacifismo.

7. Tomás Moro e Campanella

A utopia clássica e a Cidade do Sol.

8. Hobbes

O individualismo autoritário. O Estado Leviatã.

9. Espinosa e Leibniz

O declínio do absolutismo. A crítica religiosa e a análise política de Espinosa. O universalismo e o racionalismo de Leibniz.

10. Locke e Montesquieu

A revolução Inglesa de 1688 e o aparecimento do liberalismo. O século das Luzes. O direito natural e a doutrina da propriedade de Locke. Natureza, princípio e formas dos governos em Montesquieu.

11. Rosseau

O Contrato Social. As ideias sociais e as váris formas de governo.

12. Kant

A revolução francesa de 1789. A política fundada no direito. Política e filosofia da história.

II.

1. Hegel

A fé na razão. A história universal como criação do Espírito do mundo. A liberdade concreta e a teoria do Estado.

2. O Liberalismo

Pressupostos e significados. A revolução industrial.

Benjamim Constant e Alexis de Tocqueville: o não intervencionismo do Estado e a democracia política. O utilitarismo de Jeremy Bentham e o liberalismo social de John Stuart Mill.

3. Socialismo Utópico

O questionamento da economia liberal e as doutrinas de reforma social. A filantropia patronal e o comunismo agrário de Robert Owen. A doutrina da produção e tecnoburocracia em Saint Simon. Os falanstérios de Fourier. A crítica de Proudhon à propriedade privada e o federalismo político.

4. Marx e Engels

O socialismo científico. Materialismo histórico. A revolução social e a luta de classes. O desaparecimento do Estado.

5. Anarquismo

A recusa de todas as formas de estado. O ideal do revolucionário. O sindicalismo revolucionário e o internacionalismo pacifista.

6. Os marxismos no séc. XX

A crítica do Estado burguês. A cisão entre marxismo leninista e socialismo democrático. A revolução Russa de 1917 e a génese do Estado socialista. A rejeição da democracia clássica e a ditadura do proletariado em Lenine. A tese do socialismo num só país de Estaline e a sobrevivência do Estado. A segunda guerra mundial e a diversificação do comunismo: a multiplicidade das vias de acesso. A contestação ao regime soviético.

7. Fascismo e nacional-fascismo

O nacionalismo totalitário. O elogio da desigualdade e do Estado. O corporativismo e o racismo.

8. Neo-liberalismo

A "revolução" de Keynes. A tecnocracia.

9. Cristianismo e democracia

O programa político da democracia cristã. O humanismo integral de Maritain e o personalismo de Mounier.

10. As novas perspectivas do pensamento político.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CERRONI, Umberto - O pensamento político, das origens aos nossos dias, Lisboa, Editorial Estampa, 1976 (7 volumes)

CHÂTELET, François (Direcção de) - História da Filosofia, Lisboa, Publicações D. Quixote, (em reedição; 8 volumes)

CHÂTELET, François; RIBIER, KOUCHNER, Évelyne - As Concepções Políticas do séc. XX, História do Pensamento Político, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983

CHEVALIER, Jean Jacques - História do Pensamento Político; Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982, (tomos I e II)

POKROVSKY, V. S. (direcção de) - História das Ideologias,

Lisboa, Editorial Estampa, 1972 (4 volumes)

PRÉLOT, Marcel - As Doutrinas Políticas, Lisboa, Editorial Presença, 1974 (4 volumes)

SCHILLING, Kurt - História das Ideias Sociais, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974

TOUCHARD, Jean (direcção de) - Histórias das Ideias Políticas, Lisboa, Europa-América, 1970 (7 volumes)

AA. VV. - História Universal, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1970 e seguintes (13 volumes)

F21 CULTURA CLÁSSICA

Docente: Dr. José Augusto Ribeiro Graça

1. Civilização Micénica

2. Poemas Homéricos

2.1. Idade das Trevas.

2.2 Questão Homérica.

2.3. Ilíada e Odisseia: semelhanças e divergências; tema, personagens, processos literários. Aspectos religiosos, ideológicos, sociais e políticos.

2.4. A influência dos poemas homéricos na cultura Grega.

3. Hesíodo

3.1. O nascimento do individualismo.

3.2. Teogonia: a origem do mundo e dos deuses. Influências orientais na mitologia grega.

3.3. Os Trabalhos e os Dias; tema e carácter didáctico do poema; a evolução do conceito de "arete" e a nova importância do Direito.

4. A Poesia Lírica

4.1. Época Arcaica: a era das migrações e da colonização; as origens da pólis; as tiranias e o nascimento da democracia.

4.2. A lírica monódica e a lírica coral; a elegia; a poesia jâmbica;

4.3. Arquíloco.

4.4. Safo.

5. Aspectos religiosos da Grécia

5.1. O Misticismo: os mistérios de Elêusis; o orfismo; o culto dionisíaco.

5.2. O legalismo: o oráculo de Delfos; o espírito apolíneo.

5.3. Os Grandes Festivais.

6. As Origens da Filosofia

6.1. O mito e o logos.

6.2. Os Milésios: influências e fontes; substância primordial; cosmogonia e cosmologia.

7. A Sofística

7.1. O condicionalismo político dos sécs V e IV em Atenas.

7.2. A sofística como fenómeno cultural: semelhanças e diferenças fundamentais entre os sofistas da primeira e da segunda gerações; o debate entre lei por antureza e lei por convenção; a importância histórica dos sofistas.

8. Tucídides

8.1. O nascimento da História: Hecateu de Mileto e Heródoto.

8.2. A Guerra do Peloponeso: aspectos formais; as leis do acontecimento histórico; o valor e a actualidade dos problemas equacionados na obra.

9. Sócrates

9.1. O problema socrático; a "revolução" socrática.

10. Platão

10.1. As "utopias" do séc. V: Hipódamo de Mileto e Faleias da Calcedónia.

10.2. O diálogo em Platão.

10.3. A República: a crítica à paideia tradicional e aos regimes políticos; as linhas gerais da Cidade Ideal.

11. A Tragédia

11.1. As origens; a importância religiosa cultural.

11.2. Os trágicos: Ésquilo. Sófocles e Eurípides.

12. A comédia

12.1. As origens; a importância pedagógica e política.

12.2. Aristófanes.

13. Aristóteles

13.1. O Tratado da Política: a defesa da teoria do "Justo Meio".

14. A Ciência e a Filosofia Helenísticas

14.1. A época helenística.

14.2. A medicina; a matemática; a física e a astronomia.

14.3. Estoicismo; Epicurismo; Cepticismo.

BIBLIOGRAFIA

ALLAN, D. J. - A Filosofia de Aristóteles, Lisboa, Editorial Presença, 1983

AUSTIN, Michel; VIDAL-NAQUET, P. - Economia e Sociedade na Grécia Antiga, Lisboa, Edições 70, 1986

BONNARD, André - Civilização Grega, Lisboa, Editorial Estúdios Cor, 1972 (3 Volumes)

CORNFORD, F. M. - Principium Sapientiae, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981

DODDS, E. R. - Los Griegos y lo irracional, Madrid, Alianza Editorial, 1980

EFFENTERRE, Henri - História Universal, Vol. II, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1979

FINLEY, M. I. - Os Gregos Antigos, Lisboa, Edições 70, 1984

"- O Mundo de Ulisses, Lisboa, Editorial Presença, 1982

GILBERT, Lafforgue - História Universal, Vol. I, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1979

GUTHRIE, W. K. C. - Les Sphistes, Paris, Payot, 1976

HAMILTON, Edith - A Mitologia, 3ª ed., Lisboa, Publ. D. Quixote, 1983, JAEGER, Werner - Paideia, Paideia, Editorial Aster, s/d.

JOLY, H. - Le Renversement Platonicien. Logos, Episteme, Polis, Paris, J. Vrin, 1974

KIRK; RAVEN - Os Filósofos Pré-Socráticos, 2ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982

KOYRÉ, H. D. F. - Os Gregos, Coimbra, Arménio Amado Editor, Suc., 1980

"- A Tragédia Grega, Coimbra, Arménio Amado Editor, Suc., 1972 (2 volumes)

KOYRÉ, Alexandre - Introdução à Leitura de Platão, Lisboa, Editorial Presença, 1979

LLOYD-JONES, Hugh (coord) - O Mundo Grego, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977

LÉVÉQUE, Pierre - A Aventura Grega, Lisboa, Edições Cosmos, 1967

MOSSÉ, Claude - Histoire d'une Démocracie: Athènes, Paris, Editions du Seuil, 1971

NIETZSCHE - A Origem da Tragédia, Coimbra, Arménio Amado Editor, Suc.

OTTO, Walter F. - Les Dieux de la Grece, Paris, Payot, 1981

PENEDOS, A. J. - O Pensamento Político de Platão, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1977

"- Ensaios. História da Filosofia, Porto, Rés, (1987)

PEREIRA, M. H. da Rocha - Estudos de História da Cultura Clássica, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1980

"- Hélade, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 1971

SKEMP, J. B. - Plato, Oxford, Claredon Press, 1976

VERNANT, Jean-Pierre - Mythe et Pensée chez les Grecques, Paris, Maspero, 1969

"- Les Origines de la Pensée Greque, Paris, P.U.F., 1981

I N D I C E

Filosofia Moderna 1

Ontologia 3

Filosofia da Linguagem 6

Antropologia Filosófica 8, 9

Introdução às Ciências da Educação 11

Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem 13

Problemática e Tendências da Filosofia Contemporânea 15

História das Doutrinas Políticas 16

Cultura Clássica 19